

# Um ano depois, quais foram os efeitos da criminalização da LGBTfobia no Brasil?

*No Dia Internacional da Luta contra a LGBTfobia, CELINA conversou com advogados para entender o que mudou desde a decisão do STF*

[\(Celina/O Globo, 17/05/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Em junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento de duas ações, apresentadas pelo PPS e pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), que pediam a criminalização da violência e discriminação contra pessoas LGBTQ+. Por oito votos a três, o STF decidiu em favor da criminalização e [reconheceu a LGBTfobia como crime de racismo](#) até o Congresso Nacional decidir elaborar legislação específica sobre.

Desde então, quem ofender ou discriminar gays, lésbicas, bissexuais ou [transgêneros](#) está sujeito a punição de um a três anos de prisão. Assim como no caso de racismo, o crime é inafiançável e imprescritível. No entanto, quase um ano depois, ainda existem lacunas entre a decisão do STF e a implementação da criminalização no sistema de Justiça, na avaliação de advogados. O advogado e professor de Direitos Humanos e Discriminação da FGV, Thiago Amparo, explica que a decisão do STF teve efeito imediato. Ele afirma que a Corte não estabeleceu um prazo para que ela entrasse em vigor, mas que passaria a valer uma decisão do Congresso Nacional caso uma lei fosse votada e aprovada pelos parlamentares sobre o tema. Como isso não ocorreu, segue valendo o que decidiu o STF, diz Amparo.— Na interpretação do STF, a violência LGBTQóbica se inclui dentro da legislação antirracismo. A partir dessa decisão, o sistema judiciário já pode usar essa tipificação aplicada as violações cometidas contra [pessoas LGBTQ+](#) em função da sua orientação sexual ou identidade de gênero — afirma o advogado.

O jurista explica que, na prática, as delegacias Brasil afora deveriam receber

os crimes de LGBTfobia e registrá-los dessa forma. Ele ressalta que pela decisão do Supremo, até mesmo os homicídios com motivação LGBTfóbica devem ser indicados pelos órgãos de segurança ou no sistema de Justiça.

— Isso é o ideal. Mas, na prática, sabemos que há muitos entraves. Existe uma lacuna de implementação da decisão. Não que ela dependa de uma lei ou de regulamentação. Mas as polícias, delegacias e órgãos de Justiça precisam estar preparados para esse tipo de caso. Os governos estaduais têm que lidar com isso de forma preventiva, criando campanhas de conscientização e canais de denúncia mais amigáveis. Ainda estamos muito longe do ideal — alerta. Para Paulo Iotti, diretor-presidente Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero e advogado que elaborou as [ações que fizeram o STF reconhecer a homotransfobia como crime de racismo](#), a decisão trouxe mais consciência social de que condutas LGBTfóbicas são intoleráveis.— Mesmo quem discorda da decisão do STF sabe que, agora, a homotransfobia constitui crime de racismo, e isso certamente ajuda. Criminalizar uma conduta não resolve o problema social, como se vê por várias condutas criminalizadas que continuam sendo praticadas, mas certamente reduz um pouco a prática do ato e nos dá mecanismos de luta contra as opressões sociais respectivas. A grande luta, agora, será tirar a decisão do STF do papel — afirma o jurista.

Iotti avalia que ainda há resistência do sistema de Justiça em reconhecer como criminosas condutas claramente ofensivas. A visão é compartilhada por Thiago Amparo, que considera ainda existir “enorme resistência do Judiciário quanto a criminalização do racismo”, cuja lei existe desde 1989. Outro problema para a implementação prática da criminalização é a ausência de serviços de segurança especializados, avalia o advogado. Em 2018, de acordo com o Anuário Brasileiro da Segurança Pública, havia apenas seis delegacias especializadas para atender vítimas e investigar crimes cometidos contra [pessoas LGBT+](#) no país. Para Amparo, o ideal era ter ao menos uma em cada capital. Ele reforça, no entanto, que mesmo as delegacias comuns já deveriam estar registrando os casos de violências LGBTfóbica conforme a decisão do Supremo.— Porém, ainda não conheço pesquisas que conseguiram documentar quantos inquéritos já foram instaurados e se já houve decisões condenatórias. Ou seja, o que aconteceu depois da decisão do STF —

completa.— A aplicação está bastante aquém do que a gente deseja. A subnotificação existe. O que acontece é que a mentalidade da população e da sociedade ainda é muito LGBTfóbica e isso transparece em todos os lugares, inclusive nos serviços de segurança e Justiça. Os serviços não estão preparados — afirma a defensora Letícia Furtado, coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e da Diversidade Sexual (Nudiversis), da Defensoria Pública do do Rio de Janeiro.

Ela considera que a própria população LGBT+ não conhece seus próprios direitos ou o que pode denunciar, ou, se sabe, teme sofrer mais preconceito e discriminação ao acessar esses serviços, por isso os evita.

— De todo modo, a decisão foi fundamental. Não achamos que a prisão ou criminalização seja o ideal. Entendemos como medida extrema, que não resolve todas as situações. Mas a criminalização foi fundamental para que as pessoas LGBTs começassem a ser vistas como sujeitos de direito. É fundamental porque chama o Estado para o debate — diz Furtado.

Amparo defende que seja feita uma abordagem mais ampla da LGBTfobia, assim como correu com a violência contra mulher, e que não sejam adotadas apenas medidas punitivas, mas também de prevenção e educação, que possam promover mudanças comportamentais.

— Só a mudança penal não vai resolver. Sem uma rede de apoio, sem melhorar a empregabilidade das pessoas LGBT+, sem pensar uma mudança comportamental e cultural, a mudança penal não dá conta de resolver o problema — completa.

## **A violência em números**

Dados oficiais que quantifiquem a violência contra pessoas LGBT+ no país são escassos. Dois dos [principais levantamentos](#) são feitos por organizações do movimento social, o Grupo Gay da Bahia e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), com base nos crimes que são noticiados pela mídia.

— Os poucos dados que temos já apontam para uma violência letal contra a população LGBT+ numa proporção assustadora em relação a outros países — avalia Thiago Amparo.

O **Disque 100**, da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), divulga anualmente as denúncias de violação de direitos de pessoas LGBT+ que recebe. No primeiro semestre do ano passado, foram 513 registros. Mas não são todas as ocorrências que chegam a este canal.

Ao longo dos últimos cinco anos, o número de ocorrências registradas pelo serviço telefônico têm caído. Foram 1.983 em 2015, 1.876 em 2016, 1.720 em 2017 e 1.685 em 2018. Os números consolidados do ano passado e do primeiro semestre deste ano ainda não foram divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

A falta de números oficiais de agressões e mortes motivadas por discriminação LGBTfóbica, ou seja, pela orientação sexual ou identidade de gênero da vítima, compilados sistematicamente pelos órgãos de segurança pública estaduais foi uma das razões mencionadas por aqueles que defendiam a criminalização da LGBTfobia.

Especialistas favoráveis a decisão do STF argumentam que, com uma tipificação criminal, é possível quantificar essas vítimas de maneira mais adequada e então pensar em políticas públicas efetivas de prevenção e combate a esse tipo de violência.

Em nota, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos afirmou que, no contexto cultural, a maior mudança ainda está ocorrendo.

“As pessoas que sofreram algum tipo de preconceito têm tido mais coragem de denunciar e reivindicar seus direitos na Justiça. Em outro aspecto, os casos de violência e denúncias têm ganhado mais espaço nos meios de comunicação, dando visibilidade ao assunto”, diz o comunicado.

A pasta informa ainda que alguns estados já adotaram a tipificação da LGBTfobia como crime nos boletins de ocorrência policial, fazendo com que seja possível, em um futuro próximo ter dados oficiais mais precisos sobre esse tipo de crime.

*Por Leda Antunes*

---

# Bissexuais lutam por mais visibilidade dentro de movimentos LGBT

*Segundo pesquisas, as pessoas bissexuais se sentem pouco acolhidas dentro da própria comunidade, que deveria representá-las*

[\(Correio Braziliense, 19/02/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A comunidade LGBT foi criada com intuito de acolher e representar gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais na sociedade, mas, por incrível que pareça, ainda existe preconceito e exclusão dentro do próprio grupo. E essa é uma reclamação, principalmente, dos bissexuais: muitos afirmam que são vistos como indecisos, vulgares e até infiéis dentro do movimento.

Com objetivo de entender melhor a comunidade bissexual, o instituto Equality Network, da Escócia, que trabalha com igualdade de direitos LGBT no país, realizou uma pesquisa, financiada pelo próprio governo, para investigar o sentimento de pertencimento dos bissexuais no grupo. De acordo com o estudo “As experiências de pessoas bissexuais e ideias de melhoria”, 66% dos entrevistados bissexuais se sentem “pouco” ou “nada” incluídos na comunidade LGBT.

Uma outra pesquisa, realizada pelo [Instituto Williams](#), da Universidade da Califórnia de Los Angeles (UCLA), concluiu que 76% dos entrevistados que se identificam como bissexuais são mulheres e muitas afirmaram sofrerem assédio sexual por conta da orientação sexual. Gustavo Costa, 22 anos, militante do [Coletivo Corpólítica](#) - grupo criado em Brasília voltado a questões LGBT, feminismo, racismo e entre outros temas - acredita que bissexuais têm, em geral, mais dificuldade de se assumir por terem receio de não receber apoio da comunidade. “Existem grupos de lésbicas e de gays que optam por não se relacionar com bissexuais por acreditarem que estes são

‘menos LGBT’ e que, portanto, não partilham das dores, exclusão e sofrimento que as pessoas LGBT partilham’, lamenta Gustavo.

Um estudante de ciência da computação, de 22 anos - que preferiu não se identificar -, entende sua bissexualidade desde os 12. Ele conta que, no momento em que achou uma mulher bonita, percebeu que poderia ver a mesma beleza em um homem. “Mas, começaram os questionamentos: ‘será que todo mundo é assim? Mas como eu consigo gostar de homens, se sou hétero? Se eu gosto dos dois, eu não deveria ficar só com mulheres para me enquadrar melhor?’”, questiona o estudante.

Luiza Lohan, 21 anos, jornalista e também bissexual, afirma que, para homossexuais e heterossexuais, o ser bissexual não existe. “Ainda é muito difícil, para a sociedade, romper esse vínculo com o binário. É importante ressaltar que a pessoa bissexual não necessariamente se relaciona com homens e mulheres cisgêneros”, explica Luiza. A jovem concluiu o curso de jornalismo no ano passado e usou seu trabalho de conclusão de curso para autoconhecimento, mas também para disponibilizar e publicar conteúdos sobre bissexualidade que ainda são muito escassos. “Quanto mais eu lia, mais eu tinha orgulho de quem eu era, e mais eu sabia que muitos ao meu redor não eram capazes de entender a minha sexualidade”, conta Luiza.

## **Bi-Sides**

Em 2010, foi criado o [coletivo Bi-Sides](#), em São Paulo, que abre espaço para debates sobre bissexualidade. O grupo traz conversas sobre dores, preconceitos e tenta combater o fetiche que ronda a vida dos bissexuais. “Mulheres bi têm um índice altíssimo de violência sexual e doméstica em relacionamentos abusivos, e a maior parte dessa violência vem de homens e da ideia da mulher bi sempre estar disponível”, explica Natasha Avital, 31 anos, membro do coletivo.

O grupo, segundo ela, foca em saúde mental, por meio de rodas de conversas, orientadas por psicólogos. “A gente sabe de muitas histórias de horror de pessoas que ouvem de profissionais que bissexualidade não existe. É assustador”, diz Natasha.

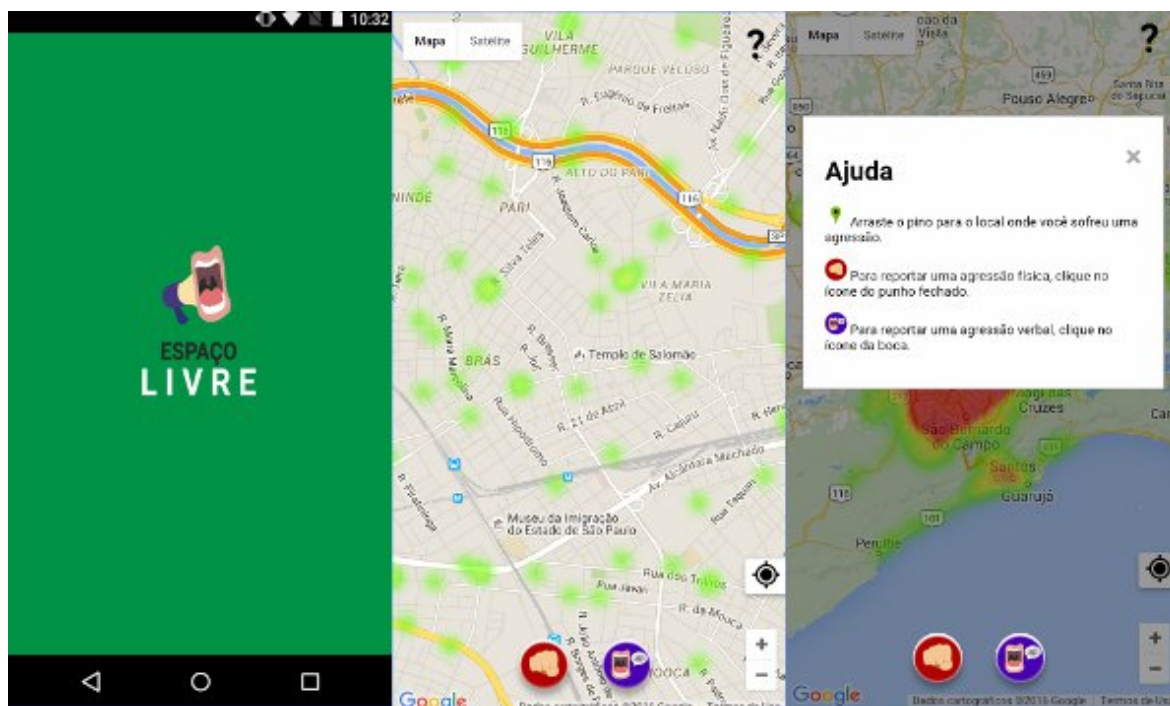
Apesar de relatos de preconceito na área de psicologia em relação a pacientes bissexuais, essa conduta não é aceita pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), explica Tatiana Lionço, professora do Instituto de Psicologia da UnB. De acordo com ela, a resolução 01/99 do CFP não permite a discriminação contra pessoas bissexuais. “Dentro da teoria psicológica, a gente vai pensar que a sexualidade não se reduz à reprodução da espécie, mas sim aos laços sociais e à constituição da identidade da pessoa. A sexualidade humana não é apenas heterossexual”, acrescenta a professora.

*Fernanda Soraggi*

---

## **Aplicativo traça “mapa da homofobia” de agressões contra a comunidade LGBT**

**(Catraca Livre, 01/06/2016)** O aplicativo Espaço Livre nasceu com o objetivo de criar um “mapa da homofobia”, mostrando em um mapa digital locais que gays sofreram agressões físicas ou verbais. O app foi uma iniciativa desenvolvida em uma hackaton durante a Virada Digital, uma colaboração entre o Catraca Livre, a Microsoft, o Instituto Eldorado e a empresa de serviços de TI Comparex, ocorrida na Virada Cultural 2016 de São Paulo.



Espaço Livre permite mapear casos de homofobia (Foto: Reprodução)

Os usuários do aplicativo multiplataforma podem registrar no mapa o local da agressão e os dados ficam armazenados na plataforma de nuvem da Microsoft. Um mapa de calor é formado por esses dados, mostrando quais os lugares de maior violência contra a comunidade LGBT.

O Espaço Livre tem a preocupação de proteger a identidade dos usuários, portanto não é necessário qualquer tipo de cadastro. Basta posicionar o marcador no mapa e selecionar o tipo de agressão (física ou verbal) e a denúncia então alimenta o mapa disponível para todos os usuários.

Você pode baixar o Espaço Livre para [Android](#) e [Windows Phone](#).

***Acesse no site de origem: [Aplicativo traça “mapa da homofobia” de agressões contra a comunidade LGBT \(Catraca Livre, 01/06/2016\)](#)***

---



# Aumento de assassinatos assusta comunidade transgênero da América Latina

*(Terra, 15/10/2015)* América Latina, palco de 78% dos assassinatos de transexuais registrados no mundo nos últimos sete anos, se viu sacudida esta semana por um novo crime na Argentina contra uma pessoa transexual, o terceiro em um mês.

“Há uma violência muito forte, este ano já foram assassinadas 15 pessoas trans, há uma onda de crimes de ódio” na Argentina, afirmou à Agência Efe Marcela Romero, presidente da Redlactrans (Rede Latino-Americana e do Caribe de Pessoas Transexuais).

A ativista transexual Diana Sacayán foi assassinada a sangue frio em sua casa de Buenos Aires na terça-feira passada, um crime que comoveu a sociedade argentina e que mostra a violência que sofre este coletivo apesar da normalização social que tenta alcançar.

O assassinato de Sacayán, além disso, não é um caso particular. Segundo a Anistia Internacional, se trata do terceiro crime contra uma pessoa transexual na Argentina no último mês, após o de Marcela Chocobar na província de Santa Cruz e o de Fernanda “Coty” Olmos em Santa Fé.

O alarme pela violência contra os transexuais se transfere a todo o continente e, de forma muito especial, aos Estados Unidos.

Segundo o último relatório da organização National Center for Transgender Equality (Centro Nacional para a Igualdade Transgênero), pelo menos 20 pessoas transexuais foram assassinadas nos EUA este ano, frente às 13 contabilizadas em 2014.

Na América Central, diversos coletivos clamam contra a violência da qual são vítimas os transexuais há anos. Este é o caso de El Salvador, por exemplo, onde a associação COMCAVIS TRANS documentou 13 homicídios de

mulheres trans nos primeiros seis meses do ano.

Honduras se soma a esta triste lista com o índice mais alto do continente, com uma taxa de homicídios de 9,32 transexuais assassinados por um milhão de habitantes nos últimos sete anos, segundo a organização europeia Trans Murder Monitoring (TMM).

Além disso, o Grupo de Mulheres Transexuais deste país segue pedindo que se mantenha a investigação de 175 “crimes de ódio” que não têm culpado há vários anos.

“A sociedade é misógina e homofóbica, é a cultura familiar que prevalece na América Latina”, comentou do México a comunicadora transgênero Ophelia Pastrana, tentando explicar estes dados dramáticos.

“É uma crise humanitária. Por exemplo, a expectativa de vida das mulheres trans no Brasil é de 33 anos. É preciso investigar estes crimes e não deixá-los de lado porque a vítima seja uma bicha”, acrescentou Ophelia à Efe.

Ophelia, que aos 28 anos decidiu abandonar sua carreira profissional na Colômbia e iniciar uma nova vida, faz parte do processo normalização da transexualidade na sociedade.

Casos de atletas olímpicos como Caitlyn Jenner, comédias premiadas e bem-sucedidas como “Transparent” com o ator Jeffrey Tambor e, inclusive, fatos como a reunião do papa Francisco e do transexual espanhol Diego Neira, são a outra face da moeda.

Neste lado da balança é preciso apontar, por exemplo, que México e Colômbia aprovaram leis este ano que facilitam a mudança administrativa de sexo e que, outros países, como o Chile reconheceram em 2015 as uniões entre pessoas do mesmo sexo.

Além disso, não se pode esquecer que, desde 2012, a Argentina conta com a única lei de identidade gênero do mundo que normaliza a condição trans e que permite a inscrição direta do sexo nos documentos pessoais, entre outras vantagens.

Apesar destes avanços na integração, o medo permanece na comunidade. Marcela Romero considera que estes crimes deveriam ser tipificados como feminicídio porque “se assassina as mulheres por sua identidade, por ser uma mulher”.

“Por enquanto estamos alertas, temos que nos cuidar, é preciso apresentar denúncias por nossa segurança,” declarou, ainda comovida pelo assassinato de Diana Sacayán.

Da mesma forma despede-se Ophelia Pastrana, não sem antes mostrar uma mensagem que acaba de receber com uma ameaça de morte contra Yesaira Torres, primeiro transgênero que participará das próximas eleições à assembleia legislativa do departamento de Santander, na Colômbia.

***Acesse no site de origem:*** [Aumento de assassinatos assusta comunidade transgênero da América Latina \(Terra, 15/10/2015\)](#)

---

## **Debatedores: diálogo é solução para ódio contra a comunidade LGBT**

***(Câmara Notícias, 20/05/2015)*** Representantes da sociedade civil, religiosos e deputados defenderam nesta quarta-feira, na Câmara, a ampliação do diálogo com a diversidade para combater o discurso de ódio presente em redes sociais contra minorias, em especial contra a comunidade LGBT. Eles participaram do 12º Seminário LGBT do Congresso Nacional, que tem o tema “Nossa vida d@s outr@s - A empatia é a verdadeira revolução”.

***Leia mais:***

[Seminário LGBT discute propagação da intolerância nas redes sociais \(Câmara Notícias, 21/05/2015\)](#)

## [Seminário LGBT no Congresso é marcado por críticas à intolerância religiosa \(Agência Brasil, 20/05/2015\)](#)

Para Raquel Recuero, pesquisadora das áreas de redes sociais e comunidades virtuais e professora da Universidade Católica de Pelotas, o discurso de ódio presente nas redes sociais está relacionado ao poder simbólico e às formas de dominação. “Acabamos reproduzindo e legitimando com curtidas esse discurso online”, alertou.

Recuero afirmou que analisou redes sociais e viu associação de discursos de ódio contra minorias, como homossexuais e negros, em especial em uma cultura de indiretas com piadas críticas: “A piada reforça o discurso negativo. As pessoas são culturalmente preparadas para falar algumas coisas.” De acordo com ela, deve haver um enfrentamento não em relação às pessoas que proferem discursos de ódio, mas ao discurso em si. A pesquisadora defendeu o investimento em educação para as redes sociais, para evitar a reprodução de discurso de ódio.

### **Ódio no Facebook**

Para o coordenador da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT, deputado Jean Wyllys (Psol-RJ), o Facebook é o lugar por excelência do ódio. “As pessoas estão se excluindo porque não conseguem dialogar”, lamentou. De acordo com ele, é necessário ampliar a escuta empática entre a comunidade LGBT e a população cristã. O parlamentar comentou sobre os ataques que sofre em redes sociais: “Não sou uma máquina. A minha mãe assistindo a isso é doloroso.”

A deputada Maria do Rosário (PT-RS) afirmou que as manifestações de ódio, desrespeito e desconsideração nas redes sociais “projetam-se em ondas na realidade objetiva”. Segundo a parlamentar, o discurso das redes sociais compõe e produz a realidade. “Temos de analisar como o discurso da fobia de gênero produz uma violência que chega a níveis insuportáveis”, afirmou.

### **Intolerância religiosa**

A secretária-geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), pastora luterana Romi Bencke, disse que o grande desafio hoje em relação à violência é a intolerância religiosa, em especial a intolerância cristã. “Essa

intolerância nos mostra a falta da abertura para estabelecer um diálogo saudável entre tradição e o processo de modernização. A falta de diálogo faz com que a própria religião fique fora do tempo”, disse.

De acordo com a pastora, o Estatuto da Família (PL 6583/13) em discussão na Câmara é uma forma de projeto restaurador do mundo proposto por uma visão religiosa sem diálogo, assim como a “cura gay”, a redução da maioridade penal e a idealização da mulher como mãe. “A base da intolerância está na dificuldade do reconhecimento no outro. É uma arrogância identitária”, avaliou. Segundo Romi Bencke, a “extrema direita” no Brasil descobriu que a religião é um elemento interessante para levar adiante suas concepções de mundo.

Já o padre da diocese de Lorena (SP) Wagner Ferreira da Silva falou que o ódio nas redes sociais é a ponta do iceberg da violência. Ao citar falas de papas, ele afirmou que a paz corre perigo quando a dignidade humana não é respeitada, quando a convivência não é orientada para o bem comum: “A violência é o mal, é inaceitável como solução para os problemas.” Segundo ele, o uso da violência constitui deformação das práticas religiosas.

### **Humor**

Pedro HCM, idealizador do canal de humor *Põe na Roda*, composto por jovens LGBT, contou que o humor foi a forma encontrada para poder falar sobre questões próprias da comunidade e de sexualidade em geral: “Juntei duas características minhas, que são fazer humor e ser gay. É curioso conseguir cativar a empatia com heterossexuais pelo canal. Conseguimos de maneira leve e sem tabu tratar de temas que normalmente são mais sérios.”

### **Diálogo**

O deputado Flavinho (PSB-SP) ressaltou a importância do seminário e disse que, apesar de discordar de posições do deputado Jean Wyllys, compreende a importância do diálogo para trabalhar contra a violência. “Vamos somar forças para que ninguém seja submetido a menos direitos. Acredito no estado laico, apesar de ter uma fé católica bem embasada.”

Wyllys ressaltou a alegria em ver no seminário discursos de empatia e de maior diálogo entre a comunidade LGBT e cristãos. Maria do Rosário elogiou

os discursos dos deputados Jean Wyllys e Flavinho. “Percebo uma conexão que não é para este momento, mas histórica. Se conseguirmos recuperar o tema da laicidade no âmbito da estrutura pública e do Estado, teremos um elemento fundamental para um Brasil que é multicultural, multirracial, multirreligioso e não religioso.”

O seminário é realizado por três comissões da Câmara (Legislação Participativa; Cultura; e Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) a pedido dos deputados Jean Wyllys, Luiza Erundina (PSB-SP), Glauber Braga (PSB-RJ), Janete Capiberibe (PSB-AP) e Luciana Santos (PCdoB-PE). O evento continuará nesta quinta-feira (21), com debates sobre agressão, injúria e difamação pela manhã; e sobre tolerância e respeito às diferenças à tarde.

*Reportagem - Tiago Miranda; Edição - João Pitella Junior*

***Acesse no site de origem: [Debatedores: diálogo é solução para ódio contra a comunidade LGBT \(Câmara Notícias, 20/05/2015\)](#)***

---

## **Grupo LGBT e especialistas repudiam sites que promovem sexo sem camisinha**

***(O Globo, 23/02/2015)*** O “clube do carimbo”, que prega na web a disseminação do HIV entre gays, pode ser considerado incitação a crime, diz OAB

Disseminado pela internet, o “Clube do Carimbo”, em que soropositivos pregam através de blogs e sites a contaminação de HIV para pessoas sem o vírus, ganhou o repúdio de representantes da comunidade LGBT e foi criticado por especialistas. Espalhados em páginas da internet, homens com Aids dão dicas de como transmitir a doença para pessoas saudáveis. As

motivações variam desde a sensação de aventura até a ideia de que, se todos fossem infectados, a Aids não seria mais um problema social.

***Leia mais:*** [Polícia investigará homens que transmitem HIV de propósito \(O Estado de S. Paulo, 24/02/2015\)](#)

— Esse comportamento de grupos isolados não reflete o que pensam as pessoas da comunidade LGBT, que, segundo pesquisas, estão entre as que mais usam camisinha e conhecem formas de prevenção combinada. Mas, infelizmente, a prática perigosa reforça um estigma. A Aids já foi tachada como o “câncer dos gays” no início da epidemia. Por isso, é preciso dar especial atenção a problemas como esse — lamenta Julio Moreira, presidente do Grupo Arco-íris. — Mas o chamado *bareback*, que é o sexo sem camisinha, também é feito por heterossexuais.

O termo *bareback* é justamente o que mais aparece em sites que pregam a prática. Alguns deles já foram retirados do ar, mas as instruções se disseminaram como um vírus pela internet. Em um dos sites visitado pelo GLOBO, o autor enumera passo a passo como criar mecanismos para “carimbar” as novas vítimas. Autodenominados de “vitaminados”, os portadores do vírus que pregam a prática on-line também sugerem as melhores épocas do ano, como as férias, para conquistar mais vítimas. Na página visitada, ao final da postagem, o autor afirma que sua publicação não pode ser enquadrada como um crime.

“Este texto é só uma ideia. Comentado nacionalmente e internacionalmente, um fato que ocorre e que não quer dizer que eu faça isso. Praticar sexo *bareback* (sem camisinha) não é considerado crime. O que é crime, segundo os artigos 130, 131 e 132 do Código Penal brasileiro, é uma pessoa transmitir doenças sexualmente transmissíveis para outra (com provas concretas), e a pena para esse crime é de 3 meses a um ano de cadeia.”

A posição do blogueiro não é compartilhada pelo presidente da Comissão de Direito Penal da Ordem de Advogados do Brasil (OAB), Pedro Paulo de Medeiros. Segundo o advogado, a intenção é o que determina a pena:

— Pune-se pela intenção e não pelo ato. Além disso, este tipo de publicação e

prática pode ser considerada como incitação ao crime — afirma Medeiros. — Já que o portador da doença usa alguma das técnicas apontadas sabendo do risco que o outro vai correr, pode ser enquadrado em homicídio com dolo eventual ou qualificado. Afinal, quem transmite a doença sabe de suas consequências. Ou seja, vai além dos artigos citados pelo blogueiro que só falam da exposição da vida de outro a algum risco.

Em outra página web, os praticantes chegam a marcar encontros em casas noturnas para sexo em grupo — sendo que alguns têm a doença e outros não. Os que não a possuem são divididos entre os que sabem que correm o risco de transmissão, chamados de *bug-chasers* (caçadores de vírus), e os que não têm ciência disso. Em comentários de outros usuários do site, as orgias mescladas são chamadas de “roleta-russa” do sexo.

— O risco é simples: sem camisinha você está exposto. Não existe uma probabilidade fechada, como a coisa fosse uma roleta-russa. Sem prevenção, há sempre um risco. Evidentemente, existem cuidados que complementam o uso do preservativo, mas ele é o principal — afirma Sandra Araújo, epidemiologista especializada em DSTs pela Universidade de São Paulo.

*Raphael Kapa*

***Acesse o PDF: [Grupo LGBT e especialistas repudiam sites que promovem sexo sem camisinha \(O Globo, 23/02/2015\)](#)***